

**A ESCUTA DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PROTAGONISMO INFANTIL NA
CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**CHILDREN'S VOICES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHILD PARTICIPATION IN
THE DEVELOPMENT OF PEDAGOGICAL PRACTICES**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.074-012>

Doglas Rodrigues da Silva

Pós-graduado em Gestão Escolar;
Faculdade da Região Serrana FARESE;
E-mail: Doglasr19@gmail.com

Adriana Dorneles Rodrigues

Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado;
Faculdade de Educação São Luís;
E-mail: adri.dorneles.rodrigues@hotmail.com

Adriana Iracema Ozório Severo

Pós-graduada em Atendimento Escolar Especializado;
Faculdade de Educação São Luís;
E-mail: adriana.severob12@gmail.com

Elizandra dos Santos Pereira

Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado;
Faculdade de Educação São Luís;
E-mail: elizandra2015@gmail.com

Évelin Thaís Costa Alvarez

Pós-graduada em Ludopedagogia;
Faculdade Uniasselvi;
E-mail: evelinthais44@gmail.com

Fabiana Larré Corrêa

Pós-graduada em Gestão e Orientação Escolar;
Faculdade de Educação São Luís;
E-mail: Fabiana.larre@yahoo.com

Lucas Bittencourt Benites

Pós-graduado em Metodologia do Ensino da Matemática e da Física;
UNIFACVEST;
E-mail: lucaas.b123@gmail.com

Luciana Alberto Jardim

Curso Normal em Nível Médio;
I.E.E. Elisa Ferrari Valls;
E-mail: lucianaalbertojardim14@gmail.com

Marcia Cristina da Rosa Debastiani

Pós-graduada em Educação Especial com Ênfase em deficiência intelectual, física e psicomotora;
Faculdade de Educação São Luís;
E-mail: mrce384@gmail.com

Resumo

A Educação Infantil constitui uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, sendo marcada por experiências, descobertas, interações e diferentes formas de expressão. Nesse contexto, reconhecer a criança como sujeito de direitos significa compreender que suas opiniões, interesses, sentimentos e manifestações precisam ocupar um lugar significativo na organização das práticas pedagógicas. O presente capítulo tem como objetivo refletir sobre a importância da escuta infantil e do protagonismo das crianças na construção de experiências educativas mais participativas, acolhedoras e significativas. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental, que estabelece um diálogo entre as contribuições de autores da área da infância e os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular. A discussão considera que escutar as crianças ultrapassa a compreensão da linguagem oral, envolvendo a observação de gestos, brincadeiras, movimentos, expressões e diferentes maneiras de comunicar desejos e necessidades. Destaca-se, ainda, o papel do professor como mediador de experiências que valorizam a participação infantil, respeitam as singularidades e reconhecem as crianças como participantes ativas de seus processos de aprendizagem. Conclui-se que a escuta sensível e intencional contribui para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e conectadas às experiências vividas pelas crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Escuta infantil; Participação; Práticas pedagógicas; Protagonismo infantil.

Abstract

Early Childhood Education is a fundamental stage in children's holistic development, shaped by experiences, discoveries, interactions, and multiple forms of expression. Recognizing children as rights holders means considering their opinions, interests, feelings, and expressions when organizing pedagogical practices. This chapter discusses the importance of listening to children and recognizing their agency in creating more participatory, welcoming, and meaningful educational experiences. This qualitative bibliographic and documentary study brings childhood studies into dialogue with Brazil's National Common Curricular Base. Listening extends beyond spoken language and includes gestures, play, movement, and other ways of communicating needs and wishes. The teacher's role as a mediator of

inclusive experiences is emphasized. The discussion concludes that attentive and intentional listening contributes to more democratic, inclusive pedagogical practices grounded in children's lived experiences.

Keywords: Child agency; Early Childhood Education; Listening to children; Participation; Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui um espaço de encontros, descobertas e construção de relações. Cada criança chega à instituição trazendo histórias, conhecimentos e maneiras próprias de interpretar o mundo. Reconhecer essas experiências é um ponto de partida para uma prática pedagógica que não se limita à execução de propostas previamente definidas pelos adultos.

Durante muito tempo, a organização das experiências educativas esteve associada à centralidade das decisões adultas. Embora o professor seja responsável pela intencionalidade pedagógica, essa responsabilidade não impede que as crianças participem da construção do cotidiano. Ao contrário, observar suas iniciativas e acolher suas perguntas pode tornar o planejamento mais próximo da realidade do grupo.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) apresenta os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O direito de participar indica que as crianças devem encontrar oportunidades para influenciar, de modo adequado à idade, as experiências que vivenciam na instituição.

Escutar não significa apenas perguntar o que a criança deseja. A escuta inclui a observação de gestos, silêncios, movimentos, brincadeiras e interações. Crianças pequenas podem demonstrar curiosidade, desconforto ou preferência sem recorrer necessariamente à linguagem oral.

Corsaro (2011) contribui para compreender as crianças como participantes ativas da vida social, capazes de interpretar e produzir culturas nas relações com seus pares. Essa perspectiva convida o professor a reconhecer que a infância possui formas próprias de participação e criação.

A escuta também está relacionada à inclusão. Em uma turma heterogênea, as crianças apresentam diferentes ritmos, necessidades de apoio e possibilidades de comunicação. Uma prática sensível busca ampliar os caminhos de participação sem reduzir as expectativas sobre as potencialidades individuais.

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a importância da escuta infantil e do protagonismo das crianças na organização das práticas pedagógicas na Educação Infantil. A discussão considera os fundamentos legais e teóricos da participação, a mediação docente e os desafios institucionais que interferem na realização de experiências significativas.

2 METODOLOGIA

O estudo apresenta abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico e documental. Essa escolha metodológica permite discutir concepções de infância, participação e escuta infantil a partir de referenciais teóricos e documentos normativos, sem atribuir à investigação resultados de uma pesquisa de campo que não foi realizada.

A pesquisa bibliográfica apoia-se em obras relacionadas à sociologia da infância, à pedagogia da escuta, ao desenvolvimento infantil e à formação docente. A pesquisa documental contempla a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular e a Lei Brasileira de Inclusão.

Gil (2002) caracteriza a pesquisa bibliográfica pela utilização de materiais já publicados. Minayo (2001) oferece fundamentos para compreender a abordagem qualitativa como possibilidade de análise de significados e relações presentes nas práticas sociais.

A discussão foi organizada em eixos temáticos: concepções de criança e infância; linguagens e manifestações infantis; participação nas decisões cotidianas; planejamento e mediação docente; inclusão; documentação pedagógica; relações com as famílias; e condições institucionais de trabalho.

As situações mencionadas ao longo do texto são exemplos ilustrativos de possibilidades pedagógicas. Não correspondem a observações sistemáticas, entrevistas ou dados coletados junto a participantes. Desse modo, as considerações apresentadas são interpretações teóricas e documentais, e não resultados empíricos generalizáveis.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E PARTICIPANTE ATIVA DA VIDA ESCOLAR

Compreender a criança como sujeito de direitos implica superar a ideia de que ela apenas recebe orientações e conhecimentos transmitidos pelos adultos. A infância é vivida no presente, e as crianças participam ativamente das relações sociais que estabelecem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) reconhecem a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas interações e práticas cotidianas, constrói sua identidade, brinca, imagina, deseja, aprende e produz cultura. Essa definição amplia a compreensão do trabalho pedagógico.

Corsaro (2011) destaca a participação das crianças na produção de culturas de pares. Em uma brincadeira coletiva, por exemplo, elas negociam papéis, criam regras e reinterpretam situações do cotidiano. O professor pode reconhecer nessas interações conhecimentos que não aparecem em propostas dirigidas.

Participar, contudo, não equivale a decidir tudo. A mediação adulta permanece necessária para assegurar segurança, acolhimento e oportunidades equitativas. O desafio consiste em estabelecer limites justificados sem desconsiderar as manifestações infantis.

Uma prática que reconhece os direitos das crianças oferece espaços de escolha, valoriza perguntas e considera as diferentes formas de expressão. Assim, o protagonismo deixa de ser apenas um termo presente no planejamento e passa a orientar relações concretas no cotidiano.

3.2 A ESCUTA INFANTIL PARA ALÉM DAS PALAVRAS: GESTOS, BRINCADEIRAS, MOVIMENTOS E EXPRESSÕES

A escuta infantil não se restringe à linguagem oral. Crianças pequenas comunicam interesses, necessidades e emoções por meio de expressões faciais, aproximações, movimentos, brincadeiras e diferentes formas de interação com materiais e pessoas.

Rinaldi(2012) discute a escuta como uma atitude de abertura à construção compartilhada de significados. Essa compreensão exige atenção ao contexto, pois um gesto isolado não permite concluir definitivamente o que a criança sente ou deseja.

A perspectiva das múltiplas linguagens, associada à experiência pedagógica de Reggio Emilia e às reflexões de Malaguzzi (1999), convida a reconhecer a expressão infantil no desenho, no corpo, na construção, na música e no faz de conta.

Quando uma criança evita uma experiência com tinta, por exemplo, a reação pode estar relacionada a fatores diversos, como preferência, insegurança ou sensibilidade sensorial. Em vez de impor uma interpretação única, o professor pode oferecer outros instrumentos, observar a resposta e conversar quando possível.

A escuta de crianças que não utilizam a fala demanda atenção especial. Gestos, apontamentos, imagens e recursos de comunicação alternativa e aumentativa podem ampliar a participação. É importante não confundir ausência de fala com ausência de compreensão, intenção ou interesse.

Também há escuta nos momentos de cuidado: acolhimento, alimentação, higiene e deslocamentos. Nesses momentos, o professor percebe necessidades e pode fortalecer a autonomia, respeitando o tempo e a dignidade de cada criança.

3.3 O PROTAGONISMO INFANTIL E A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NAS DECISÕES DO COTIDIANO ESCOLAR

O protagonismo infantil se concretiza quando as crianças encontram oportunidades reais de participar das decisões que afetam sua experiência escolar. Escolher entre materiais, sugerir brincadeiras e contribuir para a organização de espaços são exemplos possíveis dessa participação.

A BNCC (Brasil, 2018) inclui o direito de participar entre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Isso não significa transferir às crianças responsabilidades adultas, mas reconhecer que suas perspectivas devem ser consideradas no planejamento e na rotina.

Uma turma interessada em folhas, sementes e pequenos elementos encontrados no pátio pode participar da escolha de materiais para uma investigação sobre a natureza. O professor organiza condições seguras e amplia a experiência com perguntas, observações e novas possibilidades de exploração.

A participação coletiva também envolve conflitos e negociações. Quando diferentes crianças desejam utilizar o mesmo material, a mediação pode favorecer a construção de combinados e o reconhecimento das necessidades dos colegas.

É necessário cuidar para que as crianças mais comunicativas não concentrem todas as decisões. A participação democrática exige estratégias que acolham os silêncios, as escolhas não verbais e os diferentes tempos de resposta.

3.4 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO CONSTRUÍDO A PARTIR DOS INTERESSES E DAS NECESSIDADES DAS CRIANÇAS

O planejamento na Educação Infantil exige intencionalidade, mas também abertura para situações imprevistas. Uma proposta bem estruturada não precisa ser inflexível; ela pode ser reorganizada quando as manifestações do grupo indicam novos caminhos de aprendizagem.

Observar os interesses infantis permite identificar perguntas e experiências que merecem continuidade. Se uma chuva desperta curiosidade, por exemplo, o professor pode explorar sons, movimentos da água e transformações do ambiente, considerando os objetivos pedagógicos e as condições de segurança.

A escuta não elimina a responsabilidade docente pela ampliação do repertório cultural. Nem toda experiência precisa partir de um interesse já manifestado; cabe ao professor também apresentar materiais, histórias e situações que provoquem novas descobertas.

O registro das observações contribui para evitar que o planejamento se reduza a improvisações sucessivas. Ao revisitar as manifestações do grupo, o professor pode reconhecer continuidades, necessidades de apoio e oportunidades de aprofundamento.

O planejamento sensível também respeita as singularidades. Uma mesma experiência pode admitir diferentes maneiras de participar, sem exigir que todas as crianças produzam resultados idênticos. Dessa forma, intencionalidade e flexibilidade tornam-se dimensões complementares.

3.5 A IMPORTÂNCIA DAS INTERAÇÕES E DAS BRINCADEIRAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCUTA SENSÍVEL

As interações e as brincadeiras são eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2009). Durante o brincar, as crianças expressam conhecimentos, elaboram hipóteses, constroem vínculos e experimentam maneiras de participar da vida coletiva.

Em brincadeiras de faz de conta, as crianças criam personagens, negociam enredos e reinterpretam situações vividas. Corsaro (2011) ajuda a compreender essas interações como espaços de produção cultural, e não como simples imitação do mundo adulto.

A escuta exige que o professor observe as brincadeiras sem transformar toda iniciativa espontânea em tarefa dirigida. Em alguns momentos, uma pergunta ou um novo material amplia a experiência; em outros, a intervenção mais adequada é garantir tempo e espaço para que as crianças prossigam com suas próprias investigações.

Os conflitos que surgem durante as brincadeiras também constituem oportunidades educativas. O acolhimento dos sentimentos, a mediação do diálogo e a construção de combinados contribuem para a convivência, sem reduzir a intervenção à identificação de culpados.

Materiais não estruturados, como tecidos, caixas e elementos da natureza, podem favorecer diferentes formas de exploração. O valor pedagógico não depende apenas da quantidade de recursos, mas da organização intencional e da abertura para usos criados pelas próprias crianças.

Uma escuta inclusiva considera que observar, aproximar-se gradualmente ou participar por um breve período também podem ser manifestações significativas. Respeitar esses tempos é parte da garantia de participação.

3.6 OS DESAFIOS DA ESCUTA INFANTIL DIANTE DAS CONDIÇÕES REAIS DE TRABALHO DOCENTE

A efetivação da escuta infantil envolve condições concretas de trabalho. O professor da Educação Infantil acompanha simultaneamente situações de cuidado, alimentação, higiene, brincadeiras, conflitos e segurança. Essas demandas podem dificultar a observação individualizada.

Turmas numerosas, espaços limitados, falta de materiais e insuficiência de profissionais de apoio são fatores que podem restringir oportunidades de participação. Reconhecer essas dificuldades impede que a responsabilidade pela qualidade das práticas seja atribuída exclusivamente ao esforço individual do professor.

A organização de pequenos grupos, a diversificação dos ambientes e os registros breves de observação podem ajudar, desde que sejam compatíveis com a realidade institucional. Tais estratégias não substituem a necessidade de investimentos e condições adequadas de trabalho.

O tempo destinado ao planejamento é igualmente relevante. Escutar exige observar, registrar, interpretar e reorganizar experiências. Quando o planejamento é tratado apenas como exigência burocrática, sua função reflexiva fica enfraquecida.

A formação continuada e o diálogo entre profissionais podem contribuir para enfrentar desafios, mas precisam estar acompanhados de apoio institucional. Uma Educação Infantil comprometida com a escuta valoriza simultaneamente os direitos das crianças e as condições necessárias ao trabalho docente.

3.7 A INCLUSÃO E O RESPEITO ÀS DIFERENTES FORMAS DE PARTICIPAÇÃO INFANTIL

A escuta infantil exige reconhecer que as crianças apresentam diferentes modos de comunicação, ritmos e necessidades de apoio. Garantir participação não significa oferecer uma única forma de realização das experiências, mas construir oportunidades acessíveis e significativas.

A Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) reforça os princípios de acessibilidade e igualdade de oportunidades. No cotidiano da Educação Infantil, isso implica observar barreiras presentes nos espaços, materiais, atitudes e formas de comunicação.

Uma proposta baseada exclusivamente em instruções orais pode dificultar a participação de quem necessita de apoio visual. Da mesma forma, materiais de difícil manuseio podem ser adaptados para favorecer crianças com necessidades motoras específicas.

A ausência de linguagem oral não impede a expressão de preferências. Gestos, olhares, apontamentos e recursos de comunicação alternativa podem ser considerados nas escolhas e nas interações. O professor precisa interpretar essas manifestações com cuidado, evitando conclusões precipitadas.

Inclusão não se resume à presença física na sala. É necessário favorecer vínculos, participação nas brincadeiras e acesso às experiências. A mediação dos colegas e a organização de materiais diversos podem ampliar essas oportunidades.

Respeitar diferenças não significa diminuir expectativas, mas oferecer apoios adequados para que cada criança amplie suas possibilidades de aprendizagem e convivência.

3.8 A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NA VALORIZAÇÃO DA VOZ DAS CRIANÇAS

A escuta infantil pode ser fortalecida pelo diálogo entre escola e família. As crianças chegam à instituição com histórias, hábitos e experiências que ajudam a compreender suas manifestações no cotidiano.

Informações compartilhadas pelos responsáveis sobre interesses, formas de comunicação e necessidades podem contribuir para a organização das experiências. Em contrapartida, a escola pode apresentar às famílias os processos de aprendizagem observados nas interações e brincadeiras.

Essa parceria não deve limitar-se à comunicação de dificuldades. Compartilhar descobertas e conquistas ajuda a construir confiança e a ampliar a compreensão sobre o papel pedagógico da Educação Infantil.

É importante respeitar diferentes configurações familiares e condições de participação. A impossibilidade de comparecer a uma reunião não pode ser automaticamente interpretada como desinteresse; diferentes canais de comunicação podem ampliar o diálogo.

Registros e produções infantis podem apoiar essa aproximação, desde que respeitem a privacidade e a finalidade pedagógica. Assim, escola e família podem colaborar sem transferir uma à outra responsabilidades que lhes são próprias.

3.9 A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA COMO INSTRUMENTO DE ESCUTA E REFLEXÃO DOCENTE

A documentação pedagógica permite revisitar experiências, reconhecer interesses e refletir sobre os processos de aprendizagem. Registros escritos, produções infantis e fotografias autorizadas podem ajudar a tornar visíveis manifestações que passam despercebidas na dinâmica intensa do cotidiano.

Rinaldi (2012) destaca a documentação como possibilidade de investigação e reflexão pedagógica. Documentar, nessa perspectiva, não equivale a reunir evidências de tarefas concluídas; envolve interpretar processos e formular novas perguntas.

Uma criança que testa diferentes maneiras de equilibrar objetos, por exemplo, pode estar investigando relações entre materiais e movimentos. O registro das tentativas permite planejar situações de continuidade sem reduzir a experiência ao produto final.

A documentação também contribui para a avaliação. A LDB (Brasil, 1996) estabelece o acompanhamento e o registro do desenvolvimento, sem objetivo de promoção, como referência para a avaliação na Educação Infantil.

É necessário evitar registros classificatórios ou interpretações definitivas baseadas em situações isoladas. A análise deve considerar o contexto, o percurso da criança e as diferentes possibilidades de expressão.

A documentação requer tempo institucional e responsabilidade ética. Seu sentido está na reflexão e na qualificação do trabalho pedagógico, não na exposição indiscriminada de imagens ou dificuldades infantis.

3.10 A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR E A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FUNDAMENTADAS NA ESCUTA INFANTIL

A escuta infantil exige reflexão permanente sobre a atuação docente. A formação inicial oferece fundamentos importantes, mas não antecipa todas as situações vivenciadas em turmas heterogêneas e em contextos institucionais diversos.

Freire (1996) destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática. Para a Educação Infantil, isso significa questionar decisões, reconhecer interpretações provisórias e reorganizar propostas quando as manifestações das crianças apontam novas possibilidades.

Nóvoa (1992) contribui para compreender a formação docente como processo de desenvolvimento profissional também construído coletivamente. Reuniões pedagógicas e momentos de estudo podem tornar-se espaços de análise de registros, discussão de conflitos e compartilhamento de estratégias.

A formação relacionada à inclusão deve ampliar conhecimentos sobre acessibilidade e comunicação, mas não pode ser utilizada como substituta de recursos e apoios necessários ao funcionamento das instituições.

Escutar as crianças também provoca aprendizagens profissionais. Uma pergunta inesperada ou uma solução criativa pode desafiar expectativas adultas e estimular novas investigações pedagógicas.

A formação continuada precisa, portanto, articular teoria, experiência e condições concretas de trabalho, reconhecendo o professor como profissional que investiga e transforma sua prática.

3.11 A ESCUTA INFANTIL COMO CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL MAIS DEMOCRÁTICA E HUMANIZADA

Uma Educação Infantil democrática reconhece as crianças como participantes da vida coletiva. A escuta se manifesta nas oportunidades de escolha, na mediação respeitosa dos conflitos e na consideração das diferentes formas de expressão.

O diálogo, valorizado por Freire (1996), oferece uma referência ética para relações educativas fundamentadas no respeito. Na Educação Infantil, dialogar também significa observar gestos, acolher sentimentos e reconhecer que nem toda comunicação acontece por palavras.

Humanizar as práticas não significa eliminar limites. A previsibilidade, os combinados e as intervenções adultas são importantes para a segurança e a convivência. O desafio consiste em orientar sem silenciar e organizar sem impor uniformidade a todas as experiências.

A democracia também precisa alcançar a cultura institucional. Professores que participam das decisões pedagógicas encontram melhores condições para construir, com as crianças, experiências de diálogo e pertencimento.

A participação infantil não pode ficar restrita ao discurso dos documentos. Ela precisa produzir consequências concretas: um espaço reorganizado, uma investigação retomada, uma escolha considerada ou uma brincadeira ampliada a partir das manifestações do grupo.

Reconhecer a criança como cidadã no presente fortalece uma educação que respeita a infância como etapa valiosa em si mesma.

3.12 POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DA VALORIZAÇÃO DAS VOZES INFANTIS

Valorizar as vozes infantis pode transformar a maneira de planejar, organizar espaços, acompanhar aprendizagens e estabelecer relações. Essa transformação não ocorre por uma única técnica, mas pela incorporação da escuta como princípio cotidiano.

O planejamento pode tornar-se mais flexível sem perder objetivos; a avaliação pode considerar processos e não apenas produtos; e os ambientes podem ser reorganizados a partir das interações observadas.

A participação exige atenção para não privilegiar apenas as crianças que falam mais. Recursos visuais, escolhas por apontamento, pequenos grupos e observação cuidadosa ajudam a ampliar as oportunidades de expressão.

Também é necessário respeitar o direito de observar, descansar e não participar imediatamente. Protagonismo não deve converter-se em obrigação permanente de demonstrar iniciativa.

As mudanças dependem de apoio institucional e de condições concretas de trabalho. Ainda assim, atitudes cotidianas como acolher uma pergunta, rever uma proposta ou ampliar uma brincadeira podem contribuir para práticas mais sensíveis.

A transformação mais profunda está na concepção de infância: compreender que as crianças não são apenas destinatárias do planejamento, mas sujeitos cujas experiências e interpretações podem participar de sua construção.

4 CONCLUSÃO

A discussão desenvolvida neste capítulo permitiu compreender que a escuta infantil constitui um princípio fundamental para práticas pedagógicas comprometidas com a participação e os direitos das crianças. Escutar envolve reconhecer palavras, gestos, brincadeiras, silêncios e outras manifestações como formas legítimas de expressão.

O protagonismo infantil não implica ausência de planejamento nem transferência de responsabilidades adultas. Exige uma mediação docente intencional, capaz de considerar os interesses do grupo, ampliar repertórios e assegurar condições de segurança, acolhimento e aprendizagem.

As interações e as brincadeiras constituem espaços privilegiados de escuta. Nelas, as crianças constroem relações, negociam significados e demonstram conhecimentos que nem sempre se revelam em propostas dirigidas.

A análise também evidenciou a importância de práticas inclusivas, capazes de reconhecer diferentes formas de comunicação e necessidades de apoio. A participação deve ser efetiva, e não reduzida à presença física nos ambientes.

A documentação pedagógica, a formação continuada e o diálogo com as famílias podem fortalecer a escuta, desde que orientados por uma postura reflexiva e ética. Ao mesmo tempo, as condições institucionais de trabalho precisam ser consideradas, evitando responsabilizar individualmente o professor por dificuldades estruturais.

Por tratar-se de estudo bibliográfico e documental, este capítulo não apresenta resultados de investigação empírica. Pesquisas futuras poderão analisar como diferentes instituições organizam condições para a participação infantil, respeitando os procedimentos éticos necessários.

Conclui-se que reconhecer as vozes das crianças exige uma transformação na maneira como os adultos compreendem a infância. Uma Educação Infantil mais democrática e humanizada se constrói quando as experiências, os sentimentos e os conhecimentos infantis são considerados nas relações e nas decisões pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MALAGUZZI, Loris. História, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). **As cem linguagens da criança**: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, António (org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2012.